



Relatório 24¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

01 de junho de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 23)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz 7 informações, com destaque para a atividade que reuniu cinco entidades representativas de servidores de todo Brasil, como também, as declarações mais recentes do Presidente da Câmara sobre a PEC.
- No “item 3 – Situação atual que se encontra” - Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – tramitações do dia 27/5 e 31/5, inclusive com a aprovação do Parecer.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados atualizados (até 01 de junho) da enquete relativa à PEC.
- No “item 8 – Agenda do dia de hoje” (01 de junho).

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – Comissão Especial deve debater PEC 32 só no 2º semestre, diz Rogério Correia

"Ganhamos tempo, mas não a luta. É hora de mostrar força", reforçou o deputado federal que participou de live pela derrota da reforma Administrativa onde entidades representativas dos servidores federais, estaduais e municipais lançaram manifesto

Publicado: 31/05/2021

Condsef/Fenadsef

Na última quinta-feira, 27, um ato histórico pela derrota da PEC 32/20, da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes, uniu cinco entidades do campo cutista representando a maioria dos quase 12 milhões de servidores federais, estaduais, municipais, da saúde e educação do Brasil. **Confetam, Fenasepe, Condsef/Fenadsef, CNTSS e CNTE** lançaram um manifesto que expõe os riscos e efeitos perversos da PEC 32/20 para os serviços públicos. Longe de combater "privilégios", a reforma Administrativa entrega os serviços públicos à exploração de empresas privadas, transformando direitos em mercadorias cujo acesso se limitará a quem puder pagar, cita trecho do documento. [Confira a íntegra aqui.](#)

A preocupação com o que chamou de "privataria do serviço público brasileiro" é compartilhada pelo deputado federal Rogério Correia (PT-MG), um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que participou ao vivo da live. Correia celebrou a aliança das entidades considerada fundamental para a derrota dessa PEC no Congresso Nacional. O deputado destacou que a unidade e aumento da pressão a parlamentares surtiu efeito. Prova disso

foi o [placar apertado com que aprovaram a admissibilidade do texto da PEC 32 na Comissão de Constituição e Justiça \(CCJ\)](#) da Câmara dos Deputados na última terça, 25.

'Hora de mostrar força'

A avaliação é de que a Comissão Especial que será formada para dar continuidade à análise do mérito da reforma Administrativa só deve iniciar os debates no 2º semestre. "Aquilo que eles queriam aprovar este semestre, desistiram. Estão jogando a formação da Comissão Especial para daqui duas semanas e o debate se dará no 2º semestre", observou Correia. "Ganhamos tempo, mas não ganhamos a luta. Agora é hora de mostrar força", reforçou o deputado. A Comissão Especial tem o prazo de 40 sessões para votar a PEC.

Diap, Dieese e ISP fizeram análises técnicas sobre a proposta pontuando as evidentes inconstitucionalidades ainda contidas na PEC, mesmo depois que o relator da matéria na CCJ, deputado Darci de Matos (PSD-PR) fez algumas mudanças no texto. "O conjunto da sociedade precisa entender que aquilo que a Constituição nos garantiu vai ser colocado nas mãos da iniciativa privada", pontou Fausto Augusto Júnior do Dieese. "A reforma Administrativa não é uma discussão corporativa. Ela é uma desconstrução do Estado brasileiro e atinge frontalmente os direitos sociais. Estão desmontando a Constituição de 88 sem ter convocado uma Assembleia Constituinte. Os movimentos precisam estar mobilizados e barrar essa reforma", alertou o técnico.

O vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, também deixou mensagem aos servidores do Brasil destacando que sem servidores não há serviços públicos. "O que está se tentando fazer no Congresso Nacional é privatizar os serviços públicos. Todo serviço que foi privatizado até hoje no Brasil não melhorou a qualidade e acesso há quem mais precisa, apenas gerou lucro para segmentos privados. A CUT é contra essa reforma Administrativa e vamos trabalhar para que ela seja derrubada e para que tenhamos serviços públicos de qualidade, com servidor valorizado", frisou.

Pluralidade partidária em defesa dos serviços públicos

Ao longo da live, parlamentares do PT, PSB, PV, PSD, PDT, Rede, PCdoB, Psol, Podemos, PROS, PSDB e Solidaridade deixaram mensagens se posicionando contrários à aprovação da reforma Administrativa (PEC 32/20) na Câmara. Todos foram categóricos ao apontar que não é prioridade e nem o momento para votar essa reforma e que a PEC 32 fere direitos constitucionais, representa um duro ataque aos serviços públicos, ao povo brasileiro e precisa ser derrotada.

Entre os parlamentares que manifestaram apoio à luta em defesa dos serviços públicos estão os deputados federais Bacelar (Podemos-BA), Dagoberto Nogueira (PDT-MS), Fábio Trad (PSD-MS), Gleisi Roffmann (PT-PR), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Joênia Wapichana (Rede-RR), Odorico Monteiro (PSB-CE), Paulinho da Força (Solidariedade-SP), Israel Batista (PV-DF), que também é coordenador da Frente Servir Brasil, Rose Modesto (PSDB-MS), Talíria Petrone (Psol-RJ) e a senadora Zenaide Maia (PROS-RN).

Mobilização e pressão devem se intensificar

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, falou da importância fundamental da mobilização e pressão junto aos parlamentares para barrar a PEC 32. Para isso, divulgou enquete aberta pela Câmara dos Deputados onde todos podem deixar sua opinião e manifestar rejeição à reforma Administrativa. [Clique aqui](#) e vote na opção **"DISCORDO TOTALMENTE"**. "Hoje nós estamos fazendo história, unificando a luta do conjunto do funcionalismo público, sejam eles federais, estaduais, municipais, empresas públicas, que estão

representados por essas entidades nacionais. Essa é uma unidade que veio para ficar", destacou Sérgio.

Assista ao ato nacional pela derrota da PEC 32

Leia a íntegra do manifesto do Serviço Público contra a PEC 32

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

Na contramão da inclusão do povo no orçamento público por meio de políticas capazes de efetivar direitos e de proteger a população dos efeitos devastadores das crises sanitária, econômica e social que assolam o Brasil, a iniciativa privada se prepara para a cartada final na disputa pelos recursos do Estado brasileiro apostando as fichas na aprovação da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda Constitucional nº 32, em tramitação na Câmara dos Deputados.

De um lado dessa disputa estão os mesmos que patrocinaram as fases anteriores desse jogo de poder – a deposição da presidenta Dilma, a prisão política do ex-presidente Lula, o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, a privatização da Petrobrás, a aprovação da Lei das Terceirizações, o desmonte da CLT e a destruição do direito à aposentadoria. É uma elite que, em nome do lucro, apoiou sucessivos ataques aos direitos, comprometendo deliberadamente o futuro da juventude e a assistência aos trabalhadores na velhice.

Do outro lado da trincheira estamos nós, o povo brasileiro, os servidores municipais, estaduais e federais, os trabalhadores da educação e da seguridade social, os profissionais do setor público e segmentos da sociedade prejudicados diretamente pelas mudanças previstas na PEC 32, que acaba com concursos, extingue a estabilidade dos servidores e reduz os salários do setor.

Longe de combater “privilégios”, a Reforma Administrativa entrega os serviços públicos à exploração de empresas privadas, transformando direitos em mercadorias cujo acesso se limitará a quem puder pagar.

Para evitar o desmonte do Estado, salvar os serviços públicos e defender os direitos do povo brasileiro contra a sanha odiosa das elites do atraso que se apoderaram do Brasil, as cinco entidades nacionais CUTistas representativas dos servidores das três esferas de governo, da educação e da seguridade se irmanam oficialmente, neste 27 de maio de 2021, contra a Reforma Administrativa.

As mudanças feitas pelo relator da PEC 32 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, infelizmente, não podem ser consideradas uma vitória significativa, pois nada mais foram que o recolhimento dos “bodes espalhados pela sala”: a supressão do poder do chefe do Executivo de extinguir órgãos públicos, a retirada da proibição de servidores ocupantes de cargos típicos de Estado de exercerem outras atividades remuneradas e a supressão do princípio da subsidiariedade. Os supostos “avanços” não são conquistas porque, na essência da PEC, foi mantido o poder do presidente de extinguir cargos e de entregar órgãos e equipamentos públicos à iniciativa privada.

Enfatizamos que tais pontos foram inseridos propositalmente no texto original da PEC, já prevendo a retirada deles durante a tramitação da matéria para que seus defensores, mais uma vez, tentem manipular a opinião pública com o falso argumento de que houve “negociação” e “diálogo” com a sociedade. Destacamos, por fim, que a PEC 32 continua fiel à sua gênese de total desresponsabilização social do Estado brasileiro e de desmonte completo dos serviços públicos no país!

Juntas, Confetam, Fenasepe, Condsef, CNTE e CNTSS consolidam, nesta noite, uma ampla aliança nacional, primeiro para derrotar a PEC 32, segundo para resistir com firmeza a todos os ataques ao Estado de bem-estar social e aos direitos assegurados ao povo brasileiro na Constituição de 1988, principais alvos da Reforma Administrativa do ministro-banqueiro Paulo Guedes.

Com paciência, acolhimento e capacidade de persuasão, debateremos os rumos do Brasil com a população em audiências públicas nas Câmaras e Assembleias, nas ações conjuntas em cada município, região e capital para garantir capilaridade nacional ao processo de conscientização da população trabalhadora sobre a urgência de uma forte reação social capaz de barrar a Reforma Administrativa no Congresso Nacional.

Nesta noite histórica para os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, a Confetam, a Fenasepe, a Condsef, a CNTE e a CNTSS celebram a unidade permanente das entidades nacionais CUTistas em torno da defesa intransigente do Estado Democrático de Direito, da universalização dos serviços públicos de qualidade, da vacina para todos, do auxílio emergencial de R\$ 600,00 até o fim da pandemia e da testagem em massa!

Avante, companheiros e companheiras!

Nossa unidade é o único caminho para a vitória contra a morte e o arbítrio!

Vamos juntos derrotar a Reforma Administrativa!

Brasília/DF, 27 de maio de 2021

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – Confetam

Federação Nacional dos Servidores e Empregados Públicos Estaduais e do Distrito Federal – Fenasepe

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS

Faça pressão nas redes sociais

[Acesse o site "Na Pressão"](#) e marque parlamentares do seu estado nas redes sociais. Ajude a virar votos em defesa dos serviços públicos brasileiros. O recado é claro: parlamentar que votar contra nossos direitos a serviços públicos não volta. Participe e ajude a defender mais e melhores serviços públicos para o Brasil e os brasileiros.

Receba nossas notícias

Você quer receber todas as informações da luta contra a reforma administrativa? Fortaleça essa luta contra o fim dos serviços públicos brasileiros. **Receba informações direto em seu celular. Salve nosso número (61) 98357-4114 em seu celular e envie um Oi.** Siga também nas redes sociais (@cancelaareforma): Instagram, Facebook, Twitter e YouTube

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/comissao-especial-deve-debater-pec-32-so-2- semestre-diz-rogerio-correia>

Informação 02 – Para Lira, seria um contrassenso o governo não apoiar a reforma administrativa

Presidente da Câmara cobrou um programa social ambicioso para atender os brasileiros atingidos pela pandemia

31/05/2021 - 16:10

O presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), disse acreditar no apoio do governo à reforma administrativa. Segundo ele, seria um contrassenso o Poder Executivo não apoiar o texto, principalmente no contexto de um Congresso reformador. Lira participou de evento promovido pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) nesta segunda-feira (31). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e os presidentes da Febraban, Isaac Sidney Ferreira, e da CNI, Robson Andrade, também participaram do encontro.

“Precisamos tratar as coisas sem a versão. A população precisa saber o que está sendo votado. Acredito na aprovação da reforma administrativa, acredito no apoio do governo. Essa história de que o governo não vai apoiar a reforma administrativa é um contrassenso. Temos mantido nas votações o quórum de PEC para deixar claro que o Congresso é reformador”, disse Lira. (As propostas de emenda à Constituição são aprovadas com os votos favoráveis de 3/5 dos deputados, ou seja, 308).

“Vamos deixar claro qual o objetivo: vamos tentar modernizar o Estado e deixar claro, afastando as versões. Não tenho dúvidas de que esse tema será tratado com transparência, paciência e garantismo. Não haverá pegadinha para retroagir e atacar qualquer funcionário atual. Vamos dar previsibilidade para que todos saibam qual será o custo do Estado daqui pra frente”, afirmou o presidente.

Reforma tributária

Lira afirmou que o objetivo da reforma tributária é corrigir distorções e não aumentar impostos. Segundo ele, o Parlamento quer uma distribuição tributária mais justa.

“Metade da população quer uma reforma tributária mais justa: quem ganha mais paga mais. Até o imposto digital, se fosse criado, seria justamente para bancar um programa social. Isso teria unanimidade entre os parlamentares”, afirmou.

Reportagem - Luiz Gustavo Xavier - Edição - Wilson Silveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/766623-para-lira-seria-um-contrassenso-o-governo-nao-apoiar-a-reforma-administrativa/>)

Informação 03 – Sob liderança de Lira, Câmara encaminha pauta neoliberal de Bolsonaro

Com reforma administrativa, Constituição Federal e pacto de 1988 se esvaziam ainda mais e Brasil se aproxima da República Velha, dizem entidades

Por **Redação RBA** - Publicado 30/05/2021 - 19h02

São Paulo – A pauta neoliberal do governo de Jair Bolsonaro caminha a passos largos na Câmara, sob o comando do presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL). Os deputados têm sido rápidos para fazer andar a pauta do Estado mínimo do ministro da Economia, Paulo Guedes. Exemplo é a aprovação da Medida Provisória 1.031/2021, na madrugada de 20 de maio, permitindo a [privatização da Eletrobras](#) sob o modelo da capitalização.

Enquanto isso, a CPI da Covid no Senado – que já deixou claro o [boicote do governo Jair Bolsonaro às vacinas](#) e a [perversidade dos bolsonaristas](#) –, paralelamente a Câmara Federal não tem perdido tempo.

Já na última terça-feira (25), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 32/20, enviada pelo governo, conhecida como PEC da reforma administrativa. Uma comissão especial será responsável pela análise da matéria.

O projeto limita a estabilidade no serviço público, restringindo-a a servidores ocupantes de “cargos típicos de Estado”. Como emenda à Constituição e mexe em direitos dos servidores, o texto não será aprovado com facilidade. Mas a aprovação na CCJ indica que pode passar no Plenário.

Texto nebuloso

Mauro Silva, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), observou, em [live](#) promovida pela entidade, que o texto é nebuloso quanto ao papel do servidor. A reforma Administrativa não fala em “carreira típica de Estado”, mas em cargos. “Quais são esses cargos? Ninguém sabe até agora. Esse conceito não está na proposta. Isso teoricamente poderá vir em lei complementar. Não há nada que assegure que o auditor fiscal, ou qualquer categoria, estará como cargo típico de Estado”, comentou Silva.

Com a reforma, o Brasil terá uma Constituição Federal semelhante à primeira Constituição da República Velha, disse o presidente da Associação dos Funcionários do Ipea (Afipea), José Celso Pereira Cardoso Júnior. “Como isso pode ser possível?”, questiona a Unafisco. A PEC 32 faz parte de um projeto de Estado mínimo, de acordo com os debatedores. Com isso, as garantias da Constituição Federal de 1988 são esvaziadas e a maior parte da população fica relegada “à própria sorte”.

Na *live*, Cardoso Júnior afirmou que a PEC 32 aponta para a mesma direção de todas as reformas recentes feitas no país. São os casos da reforma trabalhista de 2017, “que criou a imensa precarização do mercado de trabalho”, e a da Previdência, de 2019, “que aumenta a desproteção social dos brasileiros, tanto no setor privado quanto no público.”

Oposição crítica

A oposição criticou a proposta. Segundo a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), “é destrutiva, acaba com o regime jurídico único e com o instituto da estabilidade, abrindo para o setor privado os serviços públicos, deixando o serviço público apenas para realizar o que o setor privado não realiza”.

Para Alessandro Molon (PSB-RJ), “nem o governo tem certeza se essa proposta trará qualquer economia para os cofres públicos”. Segundo ele, o próprio Paulo Guedes admite isso, ao escrever na justificativa que ele não sabe se a PEC trará alguma economia. “Sinceramente, é inacreditável tamanha irresponsabilidade”, criticou.

Já o relator, Darci de Matos (PSD-SC), disse que na comissão especial haverá debate para corrigir “qualquer artigo que venha a tirar direitos adquiridos”. Segundo ele, esse é um compromisso de Bolsonaro, um pedido de Paulo Guedes “e um compromisso nosso”.

Mauro Silva alerta que a PEC 32 é discutida enquanto há outros temas urgentes que beneficiariam a população mais vulnerável neste grave período de pandemia. Por exemplo, os R\$ 315 bilhões de privilégios tributários que o país concederá só na esfera federal em 2021, além da tributação da distribuição de lucros e dividendos. “Não se aborda o assunto porque atinge o poder financeiro?”, questiona a Unafisco.

Com informações da Agência Câmara

Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/05/sob-lideranca-de-lira-camara-encaminha-pauta-neoliberal-de-bolsonaro/>

Informação 04 – Reforma administrativa: versão aprovada na CCJ fere cláusulas pétreas da Constituição

Proposta, que segue para comissão especial, ataca servidores e aumenta as despesas no serviço público

Wallace Oliveira

Brasil de Fato | Belo Horizonte (MG) | 29 de Maio de 2021 às 12:00

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (25), parecer pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, apelidada de PEC da reforma administrativa. O texto agora segue para comissão especial que será criada pelo presidente da casa, onde deve ser analisado o mérito da proposta.

Com relação ao texto original, o relator deputado Darci de Matos (PSD-SC) retirou os seguintes pontos: 1) proibição para quem ocupar os cargos típicos de Estado exerçam outra atividade remunerada; 2) autorização para o presidente da República extinguir autarquias e fundações por decreto; 3) os novos princípios da administração pública propostos pelo governo, como a “subsidiariedade”.

Leia também: Em queda de braço com a oposição, governo aprova reforma administrativa na CCJ

Uma constituinte não eleita

Parlamentares da oposição apontam que a versão aprovada na CCJ fere cláusulas pétreas da Constituição, como os direitos e garantias individuais, a forma federativa do Estado brasileiro e a separação entre os poderes. As mudanças se aplicam ao Executivo, Legislativo e Judiciário, nos três níveis, federal, estadual e municipal.

“Nós estamos mudando, sem o processo constituinte, a Constituição Cidadã de 1988, sem os poderes inerentes ao poder constituinte. Infelizmente, teremos que levar essa discussão para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde vamos arguir a inconstitucionalidade da PEC”, aponta o deputado Patrus Ananias (PT-MG), integrante da comissão.

A Consultoria Legislativa do Senado publicou, na última semana, uma [nota técnica analisando o conteúdo da reforma](#). De acordo com a análise, haverá impactos negativos na política fiscal brasileira e no controle público das atividades do Estado. “Estimamos que a PEC 32/2020, de forma agregada, deverá piorar a situação fiscal da União, seja por aumento das despesas ou por redução das receitas”, afirma a nota.

Ataque ao serviço público

Para representantes de diversas categorias de servidores, a PEC é um ataque ao serviço público. Entre os danos que ela pode causar, se destacam o fim da estabilidade no emprego e o aumento da perseguição aos trabalhadores, por meio de uma avaliação de desempenho que será definida em lei complementar, a redução dos concursos públicos e a substituição de concursados, com capacidade comprovada para o serviço, por apadrinhados.

[::Movimento lança série com drag queen para criticar avanço da reforma administrativa::](#)

“Com o fim da estabilidade e a flexibilização dos concursos públicos, abre-se espaço para a nomeação de pessoas que são próximas, amigas dos governantes. E isto vai representar um aumento de gastos públicos, com o pagamento de apadrinhados. Veremos também o aumento da corrupção, as chamadas ‘rachadinhas’, em que servidores indicados pelos governantes passam parte dos salários para quem os indicou. Servidor público concursado não faz rachadinha”, comenta Eduardo Couto, vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais (Serjusmig).

A PEC passou por 39 votos favoráveis e 26 contrários

Ele ressalta que a reforma administrativa é mais um elemento da política neoliberal do governo, que tem como foco entregar ao setor privado tudo o que é rentável na iniciativa pública. Eduardo também recorda que, se a PEC 32 for aprovada, serviços públicos que atualmente são gratuitos poderão começar a ser pagos.

“A proposta é ruim para a população, que não terá serviços públicos de qualidade ou terá que pagar, se quiser ter o filho na escola, na creche ou ser atendido no serviço de saúde”, aponta o sindicalista.

[Saiba mais: Placar inicial da reforma administrativa oxigena oposição, mesmo com derrota inicial](#)

Governo versus trabalhadores

A Comissão de Constituição e Justiça é composta majoritariamente por deputados da base aliada de Bolsonaro. Votaram a favor da proposta do governo os parlamentares do Novo, PL, PSC, PSD, PSDB, PSL, PP e Republicanos. Por outro lado, votaram contra a admissibilidade da PEC os seguintes partidos: PCdoB, PDT, Pros, PSB, PSOL, PT e Rede. No fim, a PEC passou por 39 votos favoráveis e 26 contrários.

Alguns deputados do PP, PSD e PSDB votaram contra a PEC, destoando da posição de seus partidos e de seu próprio posicionamento em votações anteriores.

Para o coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público Rogério Correia (PT-MG), o placar foi apertado e mostra que é possível pressionar o Congresso. “O

governo esperava uma balaiada. A nossa pressão na CCJ já valeu. Muita luta ainda há que ser feita”, defende.

Na última semana, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e a Contatos Consultoria Política divulgaram um [levantamento mostrando que, dos 512 deputados, 197 são a favor da PEC, 128 são contra, 182 apoiam com ressalvas e 7 ainda não se posicionaram](#). Desta forma, o governo teria mais do que o necessário para aprovar a proposta com modificações.

A ideia de que a pressão sobre cada parlamentar pode influenciar a votação tem guiado as estratégias de sindicatos e entidades de defesa do serviço público. A página [Na Pressão](#), desenvolvida pela Secretaria de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), tem divulgado os posicionamentos de cada deputado e senador e seus contatos.

Recente estudo da Fundação Intelligov, vinculada ao banco Itaú, indica que, na última legislatura, 80% dos parlamentares totalmente favoráveis às reformas trabalhista e previdenciária não se reelegeram em 2018.

Como votou cada parlamentar mineiro na CCJ

- A favor do governo e contra o serviço público: Bilac Pinto (Dem), Greyce Elias (Avante), Lafayette Andrada (Republicanos), Marcelo Aro (PP) e Paulo Abi-Ackel (PSDB).

- A favor do serviço público e contra o governo: Júlio Delgado (PSB), Patrus Ananias (PT), e Subtenente Gonzaga (PDT).

Fonte: [BdF Minas Gerais](#)

Edição: Rebeca Cavalcante e Elis Almeida

Fonte da matéria: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/29/reforma-administrativa-versao-aprovada-na-ccj-fere-clausulas-petreas-da-constituicao>

Informação 05 – [Reforma administrativa: veja como cada deputado votou na CCJ](#)

[Por Ana Krüger](#) Em 25 maio, 2021 - 16:09 - Última Atualização - 25 maio, 2021 - 16:30

Após semanas de debates, a [Comissão de Constituição e Justiça](#) da Câmara [aprovou nesta terça-feira](#) (25), [por 39 votos favoráveis e 26 contrários](#), a admissibilidade da PEC 32/2020, que prevê uma [reforma administrativa](#).

Os parlamentares aprovaram o parecer do deputado [Darci de Matos](#) (PSD-SC), pela admissibilidade da proposta. [Agora, a PEC será analisada por uma comissão especial](#), dedicada a debater questões de mérito do texto.

Veja como cada deputado votou:

Bia Kicis (PSL-DF) - votou Sim

Carlos Jordy (PSL-RJ) - votou Sim

Caroline de Toni (PSL-SC) - votou Sim
Daniel Freitas (PSL-SC) - votou Sim
Filipe Barros (PSL-PR) - votou Sim
Vitor Hugo (PSL-GO) - votou Sim
Coronel Tadeu (PSL-SP) - votou Sim
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) - votou Não
Hiran Gonçalves (PP-RR) - votou Não
Marcelo Aro (PP-MG) - votou Sim
Margarete Coelho (PP-PI) - votou Sim
Christino Aureo (PP-RJ) - votou Sim
Darci de Matos (PSD-SC) - votou Sim
Edilazio Junior (PSD-MA) - votou Sim
Fábio Trad (PSD-MS) - votou Não
Paulo Magalhães (PSD-BA) - votou Sim
Sérgio Brito (PSD-BA) - votou Sim
Bilac Pinto (DEM-MG) - votou Sim
Geninho Zuliani (DEM-SP) - votou Sim
Kim Kataguirí (DEM-SP) - votou Sim
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) - votou Sim
Juarez Costa (MDB-MT) - votou Não
Márcio Biolchi (MDB-RS) - votou Sim
Marcos A. Sampaio (MDB-PI) - votou Sim
Capitão Augusto (PL-SP) - votou Sim
Giovani Cherini (PL-RS) - votou Sim
Magda Mofatto (PL-GO) - votou Sim
Sergio Toledo (PL-AL) - votou Sim
Lucas Redecker (PSDB-RS) - votou Sim
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) - votou Sim
Samuel Moreira (PSDB-SP) - votou Sim

Shéridan (PSDB-RR) - votou Não
João Campos (REPUBLICANOS-GO) - votou Sim
Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) - votou Sim
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) - votou Sim
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) - votou Sim
Paulo Martins (PSC-PR) - votou Sim
Marcelo Moraes (PTB-RS) - votou Sim
Pompeo de Mattos (PDT-RS) - votou Não
SubtenenteGonzaga (PDT-MG) - votou Não
Dagoberto Nogueira (PDT-MS) - votou Não
Fábio Henrique (PDT-SE) - votou Não
Diego Garcia (PODE-PR) - votou Sim
Léo Moraes (PODE-RO) - votou Não
Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) - votou Sim
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) - votou Não
Greyce Elias (AVANTE-MG) - votou Sim
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) - votou Não
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) - votou Sim
Orlando Silva (PCdoB-SP) - votou Não
Capitão Wagner (PROS-CE) - votou Não
Enrico Misasi (PV-SP) - votou Sim
Alencar S. Braga (PT-SP) - votou Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) - votou Não
José Guimarães (PT-CE) - votou Não
Maria do Rosário (PT-RS) - votou Não
Patrus Ananias (PT-MG) - votou Não
Paulo Teixeira (PT-SP) - votou Não
Rui Falcão (PT-SP) - votou Não
Gervásio Maia (PSB-PB) - votou Não

Júlio Delgado (PSB-MG) - votou Não

Ricardo Silva (PSB-SP) - votou Não

Tadeu Alencar (PSB-PE) - votou Não

Fernanda Melchionna (PSOL-RS) - votou Não

Gilson Marques (NOVO-SC) - votou Sim

Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/reforma-administrativa-veja-como-cada-deputado-votou-na-ccj/>

Informação 06 – Campanha diga não à Reforma Administrativa – campanha da CUT e seus sindicatos



O governo diz que essa reforma combate privilégios, mas a verdade é que ela ataca nossos direitos e acaba com as políticas sociais e os serviços públicos brasileiros.

Sua participação é fundamental para mudar o voto dos parlamentares. No site "Na Pressão" você tem a lista dos membros da CCJ e os links para suas redes sociais. Deixe lá seu recado: "Deputado, quem votar pelo fim dos serviços públicos brasileiros não volta em 2022".

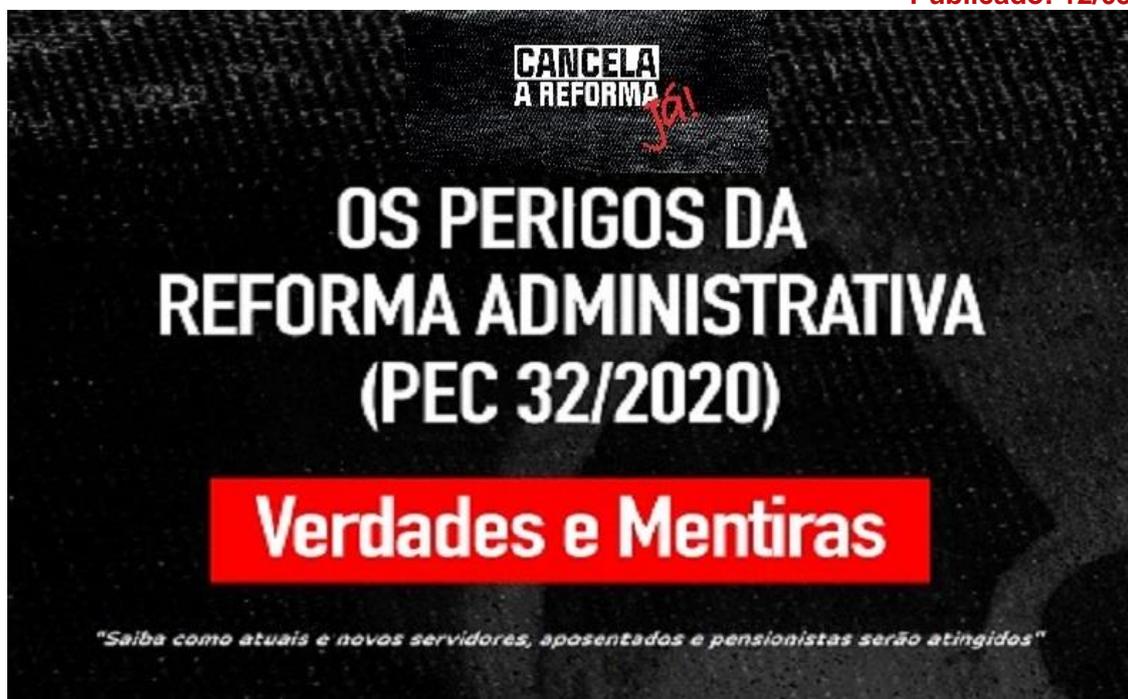
<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-a-reforma-administrativa>

Compartilhe. Vamos lutar por mais e melhores serviços públicos!

Informação 07 – Cartilha detalha verdades e mentiras contidas na reforma Administrativa

O material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos

Publicado: 12/05/2021



Condsef/Fenadsef

Quais as verdades e mentiras contidas na Reforma Administrativa (PEC/32) que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro não quer que a sociedade saiba? Pensando em responder sobre como a reforma vai afetar negativamente a vida de todos, a campanha "Cancela a Reforma" disponibilizou uma cartilha que detalha os retrocessos que a PEC 32/20 trará caso seja aprovada no Congresso Nacional.

Intitulada “*Os perigos da Reforma Administrativa (PEC 32/20): verdades e mentiras*”, o material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, explica que um dos principais pontos a serem esclarecidos é que, diferente do que é veiculado na mídia, o governo mente ao afirmar que “a reforma é necessária para fazer o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças”.

A cartilha mostra que a principal verdade que deve ser posta a todos é que “a proposta representa a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e abrindo espaço a privatizações de áreas essenciais, entrega da saúde e da educação para Organizações Sociais, fim dos concursos públicos para grande parte dos cargos, apadrinhamento no preenchimento das vagas e quebra da estabilidade facilitando a perseguição política e a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais”.

Subsidiariedade: setor privado manda

Outro ponto crucial é que ela vai afetar até mesmo a saúde e a educação das crianças, uma vez que serviços públicos como Saúde e Educação deixarão de ser obrigação do Estado e direito da população. “A PEC 32/2020, de Bolsonaro e Guedes, introduz entre os princípios da administração direta e indireta descritos no Art. 37 da Constituição Federal o da subsidiariedade. Ou seja, o Estado passa a ser complementar ao que o setor privado não pode ou não quer atender”, explica a cartilha.

Servidores públicos dos estados e municípios devem se juntar a luta contra a aprovação da reforma, uma vez que ela “se aplica a todo o serviço público do país: à “administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37 da PEC 32/2020)”.

Todos os servidores serão atingidos. O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%), de acordo com dados do IBGE de 2016.

A proposta vai afetar todos os brasileiros, e não apenas os servidores públicos, como o governo defende.

Quais os impactos na Magistratura e Militares?

Enquanto o ministro da Economia Paulo Guedes persegue os trabalhadores que atuam na ponta do serviço público, como professores e enfermeiros, ele poupa os profissionais da magistratura. Ou seja, juízes, procuradores e promotores, cujas “vantagens” são mais recorrentes, maiores e servem para assegurar pagamentos acima do teto do funcionalismo não estão contidos na reforma.

Guedes também deixou os militares de fora da reforma. Enquanto determina várias vedações e perdas de direitos para o pessoal civil, a reforma amplia, por exemplo, a possibilidade de acumulação de cargos civis por militares (já incluídos policiais militares e bombeiros militares), notadamente no magistério. Esse não é o primeiro agrado feito pelo governo Bolsonaro aos militares. Eles também foram poupados na reforma da Previdência.

Acesse e leia a cartilha completa:



**ACESSE NOSSA
CARTILHA**

*Fique por dentro dos
perigos da reforma
Administrativa
PEC 32/20*

***A Reforma Administrativa
faz mal ao Brasil***

***Nos siga nas redes:
@cancelaareforma***

>>Os perigos da reforma Administrativa: verdades e mentiras

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/cartilha-detalha-verdades-mentiras-contidas-reforma-administrativa>

3 – Situação atual que se encontra

SITUAÇÃO
Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC
- Plenário Virtual

PLENÁRIO VIRTUAL - PLENÁRIO

Apresentação do Requerimento de Informação n. 1275/2020, pelo Deputado André Figueiredo (PDT/CE), que "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e do art. 226, inciso II, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Economia informações relacionadas à Proposta de Emenda Constitucional n. 32/20 - Reforma Administrativa".

Ver menos

SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 13/05/2021
Alice Portugal (PCdoB-BA)
- 13/05/2021
Ivan Valente (PSOL-SP)
- 13/05/2021
Gervásio Maia (PSB-PB)
- 11/05/2021
Fernanda Melchionna (PSOL-RS)

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

- 27/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)

- Apresentação do Requerimento n. 108/2021, pelo Deputado Professor Israel Batista (PV/DF), que "Requer a realização de audiência pública para debater e analisar os impactos que podem ser causados a partir da aprovação da PEC 32/2020, Reforma Administrativa, no âmbito da Comissão de Educação. ". [Inteiro teor](#) (link de acesso)

- **Data:**

31/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Apresentação do Parecer de Comissão n. 2 CCJC, pela CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. [Inteiro teor](#) (link de acesso)

5 – Enquete da PEC 32

Proposta de Emenda à Constituição
PEC 32/2020 OPINAR

Texto original | Siga esta proposta

EMENTA ?
Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

ENTENDA A PROPOSTA
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) [Saiba mais](#)

AUTOR
Poder Executivo

SITUAÇÃO
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA
Vote na enquete

QUEM VIU ESTA PROPOSTA
Viu também

07:57
29/04/2021

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>



6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

[Dia da consulta à enquete: 01 de junho](#)



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

AGENDA

AMANHÃ terça-feira, 01 de junho

01/06/2021 | **Discussão e Votação de Propostas** | convocada
13h00 | Reunião Deliberativa | Anexo II, Plenário 01

[Agenda completa →](#)

REUNIÕES

Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

MAIO 2021

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

PESQUISA

Palavra-chave:

Data inicial:

31/05/2021



Data final:

31/05/2021



8 – Agenda do dia de hoje

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual) - 01/06/2021

- **Pauta** ([link de acesso](#))

DETALHES

Tema:

Discussão e Votação de Propostas

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

01/06/2021 às 13h00

Situação:

Convocada

PROPOSTAS PREVISTAS - 7